

Companhia
Transirapé de
Transmissão

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório anual da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14

COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 07.153.003/0001-04

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transirapé de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Companhia Transirapé de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transirapé de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2016	31.12.2015
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,99%	100,00%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

1. Em parceria com a Transleste e Transudeste, a Transirapé continua aguardando a conclusão da primeira etapa dos trabalhos relativos ao projeto estratégico “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira”, referente à Chamada nº 013/2011 ANEEL - Projeto Jaíba, sob a responsabilidade da Proponente Furnas e a gestão da empresa CEI Solar. Com alterações realizadas no projeto as executoras e Furnas vêm realizando os trabalhos de forma a concluir, agora, as atividades de pesquisas em tecnologia fotovoltaicas, capacitação profissional, desenvolvimento de equipamentos, estudos de pré-viabilidade, entre outros, sendo a implantação da usina para uma próxima etapa.
2. Em andamento normal na UFMG a 2ª Etapa do nosso projeto “Malha de Aterramento de Baixo Valor de Impedância: Avaliação Experimental em Modelo Reduzido e Realização de Medição em uma Malha Real com Corrente de elevado Valor” com a cooperação da Transleste, está na fase da descrição dos resultados parciais das medições da malha de aterramento.
Com a publicação do primeiro artigo deste projeto, no âmbito do P&D, ele foi submetido, aprovado, defendido e publicado no “33rd International Conference on Lightning Protection - Estoril, Portugal - September, 2016”. O segundo artigo será submetido ao IX CITENEL - ANEEL em agosto de 2017, evento a ser realizado na cidade de João Pessoa na Paraíba.
3. Outros desafios serão avaliados pela Transirapé, principalmente projetos inovadores na área de energia elétrica, na busca de novas tecnologias frente a um mercado cada vez mais competitivo.

Responsabilidade Socioambiental

1. A Cia Transirapé mantém na sua Política Ambiental uma preocupação com a questão socioambiental, procurando sempre minimizar os impactos negativos, caso sejam causados ao meio ambiente. Principalmente, são os programas de Comunicação social e Educação Ambiental que norteiam a Transirapé a implantar anualmente na região do Vale do Jequitinhonha palestras em algumas escolas por onde percorre a Linha de Transmissão Irapé-Araçuaí 2, partindo do princípio a conscientização dos seus empregados, parceiros e das comunidades do entorno da linha de transmissão.
2. Orientados em diversos ofícios de Órgão Governamentais, principalmente da ANEEL, Agencia Reguladora dos serviços e concessões na área de energia elétrica, solicitando implementar campanhas educativas e regulares de esclarecimentos à população no sentido de evitar a prática de queimadas e a sustentabilidade com o meio ambiente, a Transirapé realizou no mês de abril de 2016 nos municípios de Berilo e Coronel Murta palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social. De forma lúdica foi mantido o formato de oficina a palestra, conscientizando o público presente do perigo e do potencial das queimadas e suas condições letais ao meio ambiente, distribuindo no final amplo material educativo.
3. No segundo semestre de 2016, nos meses de agosto e setembro, divulgamos nas principais Rádio da região norte e nordeste de Minas Gerais, conforme sempre fizemos em anos

anteriores, um spot educativo ressaltando a importância do combate às queimadas, procedimento comum realizado por parte comunidade local, pois o uso de queimadas envolve relações culturais de longas décadas e a mudança desse hábito não é algo fácil e simples de ser alterado.

4. Aleatoriamente visitamos, através do programa de Comunicação Social, alguns proprietários/moradores ao longo da faixa de servidão esclarecendo dúvidas e a importância e os benefícios de uma linha de transmissão para a comunidade.
5. Ações de manutenção e conservação da faixa de servidão e dos acessos às estruturas foram mantidas durante o ano de 2016 com vistas à prevenção de prováveis interferências da vegetação na segurança da linha, bem como, o aspecto visual e harmônico das nossas Subestações com a natureza da região.
6. Podemos dizer que o trabalho desenvolvido este ano pela Companhia Transirapé de Transmissão foi considerado satisfatório para atender às ações de sensibilização da comunidade local, sendo possível observar que o tema “Queimada” ainda é visto com grande inquietação por parte das pessoas, uma vez que a sua prática ainda é permitida mediante autorização dos Órgãos Ambientais.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório	Regulatório	Societário	Societário
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido	14.620	9.418	18.994	14.853
EBITDA	23.743	18.671	25.020	21.409

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transirapé de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transirapé de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transirapé de Transmissão em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

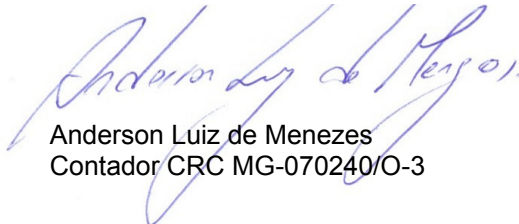


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transirapé de Transmissão S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.297	4.404	Fornecedores		395	192
Títulos e valores mobiliários	6	1.375	1.233	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	19.467	15.079
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	7	3.358	2.545	Mútuo com partes relacionadas	9	7.753	-
Contas a receber ativo financeiro	7	33.009	24.631	Dividendos a pagar	12	2.768	6.295
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	86	86	Tributos e contribuições sociais	8	773	565
Outros ativos circulantes		768	753	Encargos Regulatórios	10	1.274	930
Total do ativo circulante		40.893	33.652	Outros		116	127
				Total do passivo circulante		32.546	23.188
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber Conc.e Permissionárias	7	129	109	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	28.319	38.652
Contas a receber ativo financeiro	7	122.364	112.527	Mútuo com partes relacionadas	9	-	5.029
Outros ativos não circulantes		11	11	Tributos diferidos		4.823	4.268
				Total do passivo não circulante		33.143	47.949
Imobilizado		17	22	Patrimônio líquido			
Intangível		38	57		12		
Total do ativo não circulante		122.559	112.726	Capital social		22.340	22.340
				Reserva de Lucros		75.422	26.737
Total Ativo		163.452	146.378	Dividendos adicionais propostos		-	26.164
				Total Patrimônio Líquido		97.762	75.241
				Total do passivo e patrimônio líquido		163.452	146.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	14	44.729	33.966
Custo de operação			
Custo de Construção		(16.758)	(10.041)
Serviços de terceiros		(1.616)	(1.466)
Pessoal		(88)	(188)
Material		(14)	(19)
Outros		(166)	(150)
		(18.642)	(11.864)
Lucro operacional bruto		26.087	22.102
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(678)	(531)
Material		(11)	(7)
Serviços de terceiros		(353)	(226)
Outras		(47)	(47)
		(1.089)	(811)
Outras despesas		(1)	-
		(1)	-
Lucro antes do resultado financeiro		24.997	21.291
Resultado financeiro			
Receita financeira	15	736	752
Despesa Financeira	15	(5.089)	(5.891)
		(4.353)	(5.139)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		20.644	16.152
Imposto de renda corrente	13	(722)	(599)
Contribuição social corrente	13	(372)	(306)
IR e CS diferidos		(555)	(394)
		(1.650)	(1.299)
Lucro líquido do exercício		18.994	14.853
Lucro por ações		0,85	0,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Periodo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	18.994	14.853
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>18.994</u></u>	<u><u>14.853</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Reserva de retenção de Lucros			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	22.340	2.978	23.016	15.582	-	63.916
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.853	14.853
Dividendos declarados	-	-	-	-	(3.527)	(3.527)
Reserva legal	-	743	-	-	(743)	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	10.582	(10.582)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.340	3.721	23.016	26.164	-	75.241
Dividendos adicionais destinados à reserva de lucros	-	-	26.164	(26.164)	-	-
Reversão dos Acionistas	-	-	3.527	-	-	3.527
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.994	18.994
Reserva legal	-	747	-	-	(747)	-
Reserva de Lucros do Exercício	-	-	18.247	-	(18.247)	-
Saldo em 30 de dezembro de 2016	22.340	4.468	70.954	-	-	97.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.994	14.853
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	21	21
Receitas financeiras	(167)	(141)
Encargos s/empréstimos e variações monetárias e cambiais	4.895	5.986
Baixa de ativos	3	
	<u>23.747</u>	<u>20.719</u>
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber Concessionárias e Permissionárias	(833)	(308)
Contas a Receber ativo financeiro	(18.215)	(12.779)
Tributos e contribuições sociais	-	30
Outros ativos	(15)	(64)
	<u>(19.063)</u>	<u>(13.122)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	203	(3.084)
Tributos diferidos	555	393
Tributos e contribuições sociais	208	(97)
Encargos regulatórios	254	90
Partes relacionadas	634	-
Outros passivos	(11)	573
	<u>1.843</u>	<u>(2.125)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>6.527</u>	<u>5.472</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	25	6.112
Juros capitalizados	305	-
Aplicações no Imobilizado	(2)	(6)
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento	<u>328</u>	<u>6.106</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de debentures ou empréstimos	8.469	3.951
Recebimento de mútuo de coligadas e controladas	2.000	5.000
Pagamento juros do financiamento	(5.041)	(5.897)
Amortização das parcelas do financiamento	(14.390)	(10.402)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(8.962)</u>	<u>(7.348)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.107)</u>	<u>4.230</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.404	174
Saldo Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.297	4.404
Redução líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.107)</u>	<u>4.230</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Companhia Transirapé de Transmissão - TRANSIRAPÉ (a “Companhia” ou “TRANSIRAPÉ”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 6 de dezembro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2007.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 012/2005, de 15 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí - 230 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP R\$ (*)	Índice de correção
012/2005	30	15/03/2035	29.201	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098 de 28/06/2016

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo da concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nessas demonstrações contábeis.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.2 Contratos de concessão:

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.4 Instrumento Financeiro -Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Tributação

3.4.1 Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

3.4.2 Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transirapé são calculados pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.5 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.6 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.6.1 Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). -Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.6.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.6.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.8 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.9 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Pronunciamento do IFRS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)**
As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.
- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)**
As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**
A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**
A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

– Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

– Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	4	4
Bancos	863	1.012
Aplicações Financeiras	1.430	3.388
Total	<u>2.297</u>	<u>4.404</u>

As aplicações financeiras de 2016 referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja modalidade de aplicação nomeada “ BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado” com remuneração pós-fixada no ano 2016 de 96,79% do CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de investimentos	1.375	1.233
Total	1.375	1.233

Os valores de R\$ 1.375 (2016) e R\$ 1.233 (2015) referem-se aplicação do Fundo Investimento restrito: Fundo Fic Fi títulos públicos referenciado DI vinculado ao financiamento com o Santander/Finame com remuneração média no ano de 2016 de 98,52 % do CDI, fundo constituído em 2014.

7 Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Concessionárias e permissionárias (7.1)	2.496	1.889
Concess. e permissionárias /CCI - partes relacionadas	991	765
Ativo financeiro (7.2)	155.373	137.158
	158.860	139.812
Ativo circulante	36.367	27.176
Ativo não circulante	122.493	112.636

7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

7.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2016:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	125.774
Receita de operação e manutenção	2.699
Remuneração do ativo financeiro	22.687
Receita de construção	10.041
Realização do ativo financeiro	(24.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	137.158
Receita de operação e manutenção	3.071
Remuneração do ativo financeiro	26.937

Receita de construção	16.758
Realização do ativo financeiro	<u>(28.551)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>155.373</u>
Contas a receber ativo financeiro - circulante	33.009
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	122.364

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8 Tributos e contribuições sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	27	23
IRRF a compensar	<u>59</u>	<u>63</u>
	<u>86</u>	<u>86</u>
Passivo circulante		
IRPJ	326	238
CSLL	160	116
COFINS	179	126
Outros	<u>108</u>	<u>85</u>
	<u>773</u>	<u>565</u>
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	<u>4.823</u>	<u>4.268</u>

(a) IR e CS Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.874
Imposto diferido reconhecido no resultado	394
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.268
Imposto diferido reconhecido no resultado	555
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.823

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante			Não Circulante		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	Total
Moeda Nacional						
Debêntures	15.903	292	16.195	-	16.195	28.054
BDMG (Finame)	2.514	146	2.660	19.303	21.963	25.677
BDMG (Finem)	420	84	504	5.016	5.520	-
Mútuo Transleste	7.000	753	7.753	-	7.753	5.029
BNDES Automático	-	108	108	4.000	4.108	-
Total	25.837	1.383	27.220	28.319	55.539	58.760

Debentures: Os recursos contratados referentes as Debêntures foram de R\$42.500, emitidas em 14/11/2012 em espécie quirografárias, sem garantias. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14/11/2017, as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14/05/2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

Finame: Em 2011 foi contratado junto ao BDMG Finame no valor de R\$1.187 com vencimento em 2020 e taxa de 4,50% ao ano, destinado a implantação do reforço do módulo de conexão na SE Araçuaí II para Itaobim.

Finame e Finem: Em 2013 e 2014 foi contratado também junto ao BDMG, mais duas modalidades de financiamento, sendo estas, Finame e FINEM no valor de R\$19.761 e R\$5.893, vencimentos em 2024 e 2029, taxa de 3,50% a.a. e 3,5% a.a.+ TJPL respectivamente, ambas destinados a implantação do RBNI - II Banco de Trafos.

Os contratos com o BDMG bem como a escritura de debêntures exigem o cumprimento de obrigações específicas por parte da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

A obrigação contratual relacionada as debêntures da Transirapé estão relacionadas à dívida líquida no limite de R\$70.000, para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo IGPM, conforme aditivo da escritura de emissão, item X da cláusula 4.13.1 “Vencimentos Antecipados”. Em 31/12/2016 a Companhia está atendendo ao limite estabelecido.

Quanto aos financiamentos com Finame junto ao BDMG, as garantias são as aquisições do ativo e, constituição de conta reserva.

Constituição de garantias ao financiamento por intermédio de: 1) penhor de parte das ações da Companhia de titularidade das acionistas Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e Transminas Holding S.A.; 2) manutenção de contas vinculadas, a centralizadora e a reserva que manterá saldo adicional, equivalente a três vezes o serviço da dívida dos financiamentos ora autorizados; e 3) vinculação de receita da Companhia, conforme a seguir:

Durante a fase de construção dos empreendimentos: cessão fiduciária de 30% (trinta por cento) da RAP da Companhia, correspondente ao valor mínimo mensal de R\$ 632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais) e máximo mensal equivalente a 1/12 (um, doze avos) do valor da RAP adicional auferida em função dos reforços autorizados pela ANEEL e previstos nas Resoluções Autorizativas de nº 3.904 de 19/02/2013, de nº 4.069 de 30/04/2013 e de nº 4.893, de 29/10/2014;

Durante a fase de operação dos empreendimentos: cessão fiduciária de 25% (vinte e cinco por cento) da RAP da Companhia, correspondente ao valor mínimo mensal de R\$ 632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais) e máximo mensal equivalente a 1/12 (um, doze avos) do valor da RAP adicional auferida em função dos reforços autorizados pela ANEEL e previstos nas Resoluções Autorizativas de nº 3.904 de 19/02/2013, de nº 4.069 de 30/04/2013 e de nº 4.893, de 29/10/2014.

Já as garantias da modalidade FINEM resumem-se em Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP e direitos creditórios.

Contrato de Mútuo: Em 01 de dezembro de 2015 foi acordado entre a Cia Transleste de Transmissão e a parte relacionada Transirapé de Transmissão, o Instrumento particular de abertura de crédito “Mútuo” no limite de até R\$ 13.000, autorizado pelo Conselho de Administração das Cias, em 20/10/2015 e aprovado pela ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica através do Despacho nº 3.844 de 26/11/2015.

A finalidade desse acordo foi financiar a Implantação dos reforços nas instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão.

O recurso contratado foi acrescidos de juros remuneratórios equivalentes a um percentual de 109,75% (cento e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, “over extra grupo”, calculada e divulgada pela CETIP (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

O presente contrato vigera por até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da disponibilização pela Transleste à Transirapé do valor objeto do presente instrumento onde serão liquidados os valores utilizados.

Em dezembro de 2015 e novembro de 16 a Transirapé recebeu em sua conta corrente o depósito referente a R\$5.000 e R\$ 2.000 respectivamente, correspondente a parte do limite deste contrato.

Os recursos contratados serão liquidados no final do contrato acrescido de juros conforme regra citada acima.

Na nota explicativa nº 11 de Partes Relacionadas (Passivo não Circulante) foi citada a relação do contrato do Mútuo entre estas Companhias.

No quadro abaixo seguem os vencimentos dos empréstimos e financiamentos a longo prazo:

Anos/Modalidades	Finame	FINEM	BNDES Automático	Total
2018	3.508	421	444	4.373
2019	4.004	421	485	4.910
2020	3.949	421	485	4.855
2021	2.879	421	485	3.785
2022	2.382	421	485	3.288
após 2022	2.581	2.911	1.616	7.108

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>60.122</u>
Captações	8.951
Variação Monetária e Cambial	
Provisões de juros	5.986
Juros pagos	(5.897)
Amortizações de principal	<u>(10.402)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>58.760</u>
Variação Monet. Cambial empréstimos	-
Captações	10.469
Provisões de juros	5.741
Juros pagos	(5.041)
Amortizações de principal	<u>(14.390)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>55.539</u>

10 Encargos Regulatórios

	31/12/2016	31/12/2015
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	190	70
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	926	721
Taxa de Fiscalização ANEEL	<u>158</u>	<u>139</u>
Total	<u>1.274</u>	<u>930</u>

11 Partes relacionadas

Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da LT Irapé-Araçuaí, contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.465 de 7 de agosto de 2007.
- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de conexão do sistema de transmissão da SE Araçuaí.

- Companhia Transleste de Transmissão:
- Contrato compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé.
- Contrato de Mútuo - Instrumento particular de crédito

CEMIG Geração e Transmissão e FURNAS para prestação de serviço de transmissão de energia elétrica.

Demonstração do resultado	31/12/2016	31/12/2015
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	8.810	6.803
FURNAS	885	739
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	1.205	1.109
Transleste	119	110
Ativo Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	878	673
FURNAS	113	92
Adiant. a Fornecedores		
Transleste - Rateio	6	2
Passivo Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	301	70
Transleste - Rateio	76	54
Mutuo		
Transleste	7.753	5.029

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2016 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$179, composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social era de R\$22.340 representado por 22.340.490 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações - 2016			
	Integralizadas		% do Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Transminas Holding S/A	9.159.601	-	41,00%	41,00%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	5.473.420	-	24,50%	24,50%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.473.420	-	24,50%	24,50%

EATE	2.234.049	-	10,00%	10,00%
	22.340.490	-	100,00%	100,00%

b. Reservas de lucro

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Lucros retidos

Os lucros remanescentes foram mantidos nesta conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia dos acionistas, para sua destinação.

c. Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberará futuramente sobre a destinação da conta de Reserva de Retenções de Lucros.

Destinação do Lucro

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício	18.994	14.853
Constituição Reserva legal	(747)	(743)
Base de cálculo de dividendos	18.247	14.110
Dividendos Declarados	-	-
Reserva de Lucros Retidos	(18.247)	(14.110)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	-
Saldo de Lucros Acumulados	-	-

d. Dividendos propostos

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	2.768
Dividendos Mínimo Obrigatórios	3.527
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015	6.295
Destinação ARCA/AGO	(3.527)
Dividendos pagos no exercício	-
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2016	2.768

A legislação societária brasileira, Lei nº6.404/76, determina a distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas por meio do artigo 202:

“Art202. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecidos no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas...”

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembléia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia (art.202§4º). É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuídas deve ser destinada à constituição de reserva especial.

Com este procedimento estabelecido em lei é a retenção de lucros por meio da constituição de reservas de lucros que poderão não necessariamente ser destinadas ao pagamento de dividendos, já que poderão vir a ser absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

13 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	3.071	3.071	2.699	2.699
Receita de construção	16.758	16.758	10.041	10.041
Remuneração de ativos da concessão	27.058	27.058	22.797	22.797
Receita Operacional	46.887	46.887	35.537	35.537
Receita Ajustada	(18.034)	(18.034)	(12.779)	(12.779)
Receita operacional ajustada	28.853	28.853	22.758	22.758
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	2.308	3.462	1.821	2.731
Receitas financeiras	675	675	672	672
Base de cálculo	2.983	4.137	2.493	3.403
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
TOTAL	722	372	599	306

No ano 2016 a Companhia optou pelo Forma de tributação baseada no Lucro Presumido.

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

14 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	3.071	2.699
Receita de construção	16.758	10.041
Remuneração dos ativos financeiros da concessão	27.058	22.797
	46.887	35.537
Deduções da receita operacional		
PIS	(188)	(148)
COFINS	(866)	(683)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(721)	(438)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(268)	(212)
Taxa de Fiscalização	(115)	(91)
	(2.158)	(1.571)
Receita operacional líquida	44.729	33.966

15 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	675	672
Outros Receitas Financeiras	61	80
	736	752
Despesas Financeiras		
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(4.805)	(5.653)
Variações cambiais e monetárias P&D	(90)	(67)
Variações cambiais e monetárias AD Clientes	(75)	(57)
Outras despesas financeiras	(119)	(114)
	(5.089)	(5.891)
Total do resultado financeiro	(4.353)	(5.139)

16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Em 31/12/2016	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos Financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	2.297	-
Contas a receber	3.487	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	27.220
Fornecedores	-	395
Total	5.784	27.615
Em 31/12/2015		
Caixa e equivalentes de caixa	4.404	-
Contas a receber	2.654	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	53.731
Fornecedores	-	192
Total	7.058	53.923

b. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 647 usuários, com cláusula de garantia bancária.

Risco de preço

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

Risco financeiro

A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

Análise de sensibilidade

- **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros - aplicações financeiras**

Análise de sensibilidade elaborada sobre a receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 25% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. O cenário II foi calculado com deterioração de 50% sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

Aplicações financeiras	<u>Projeção Receitas Financeiras - Um Ano</u>				
	<u>Risco de redução</u>				
	Saldo conta aplicações	Indexador	Posição em 31/12/2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
BB Amplo	2.297	CDI	13,55% 675	10,16% 233	6,78% 156

- **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros - empréstimos e financiamentos**

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos financiamentos em aberto no final do exercício, com risco vinculado a CDI.

O cenário I considera um aumento de 25% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante da dívida atual. O cenário II foi calculado com aumento de 50% sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

Empréstimos e Financiamentos	Indexador	Posição em 31/12/2016	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano	
			Risco de redução	
			Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Despesas Financeiras	CDI	13,55% 5.089	17,50% 5.980	21,00% 6.158

c. Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

17 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

18 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

* * *

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Marcos Antônio Carvalho Gomes- Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

Alexandre Vidigal Pereira Pinto - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
 Contadora CRC N° MG-067247/0-2